



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ASSIS MELO**

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

**REQUERIMENTO Nº DE 2014.
(Do Sr. ASSIS MELO)**

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Trabalho, Administração e Serviço Público a fim de discutir a Campanha Salarial 2014.

Senhor presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 255 do Regimento Interno, seja realizada Audiência Pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público com o objetivo de discutir a campanha salarial de 2014.

Sugiro que sejam convidados representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, das Centrais Sindicais, da CSPB e da FASUBRA.

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo da sua luta, os trabalhadores do setor público reivindicam, além de melhores condições de trabalho, equipamentos e materiais suficientes para atender às demandas do público atendido, além de horário de trabalho compatível, oportunidade de aperfeiçoamento de e capacitação e relações democráticas de trabalho. Essas são algumas das condições historicamente buscadas, além de outras que fazem com que o exercício da função pública seja mais valorizada e que a cada dia reafirme sua

contribuição para o desenvolvimento do país.

Após longas e históricas batalhas contra uma relação unilateral, na qual o executivo exercia sem qualquer regramento o poder coercitivo de não atendimento das reivindicações dos trabalhadores do setor público, finalmente chega-se ao ápice com essa categoria, com a promulgação da Convenção 151 da OIT, pela Presidenta Dilma Rousseff. Depois de um longo debate no Congresso Nacional, embora tenha sido aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 206 de 7 de abril de 2010 e ratificada em 15 de junho de 2010, somente a pressão dos trabalhadores culminada com a caminhada das Centrais no dia 6 de março de 2013 foi capaz de sensibilizar a Presidenta, que atendeu a reivindicação ao promulgar o Decreto nº 7.944 de 6 de março de 2013.

Atualmente, a pauta de reivindicações das entidades versa sobre a definição de data-base (1º de maio), a Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações, o cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados, a oposição a qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores, a retirada dos Projetos de Lei, Medidas Provisórias e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, a paridade e a integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas, o reajuste dos benefícios e a antecipação para 2014 da parcela de reajuste de 2015.

Assim, tendo em vista a relevância da campanha salarial de 2014 para tantos trabalhadores, solicito aos nobres pares apoio na aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2014.

Deputado ASSIS MELO
PC do B/RS